

Comissão preserva emenda Sarney em novo substitutivo

BRASÍLIA — Por 16 votos a três, a Comissão Mista que examina a convocação da Constituinte aprovou ontem, em reunião que durou mais de sete horas, o substitutivo da Aliança Democrática que mantém a essência da emenda do Presidente José Sarney (Constituinte congressual), concede anistia parcial aos civis e militares e fixa os prazos de desincompatibilização em seis meses para quem tem mandato e nove meses para os demais.

Este substitutivo derrotou outro, de autoria do Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) e também o de autoria do cargo de relator original da Comissão Mista, colocando em seu lugar o Vice-Líder do PMDB na Câmara, Valmor Giavarina (PR), que assinou o parecer sem ter participado da sua redação. Antes de ser encaminhado à mesa, o substitutivo de Giavarina recebeu a assinatura de dez dos 22 membros da Comissão Mista.

Pelo texto aprovado, a Assembleia Nacional Constituinte, composta pelos deputados e senadores a serem eleitos no próximo ano, será instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que dirigirá a eleição do seu Presidente. O novo texto constitucional será promulgado depois de aprovado em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos seus membros.

Os prazos de desincompatibilização para os ocupantes de cargos executivos que desejam concorrer às próximas eleições ficaram assim definidos: Governadores e Prefeitos — seis meses; Ministro de Estado, Secretários de Estado, Presidente, Diretores e Superintendentes de órgãos da Administração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; quando candidatas a cargos municipais (quatro meses). Para os ocupantes destes cargos já titulares de mandato eletivo, o prazo será de seis meses.

Segundo o substitutivo aprovado, será concedida a anistia a todos os

servidores públicos e civis da administração direta e indireta e militares punidos por atos de exceção institucionais ou complementares no período de dois de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções pelo princípio de antiguidade, na reserva ou aposentadoria, ao posto, cargo ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

Ainda de acordo com o substitutivo apresentado pelo Deputado Valmor Giavarina, os dependentes dos servidores civis e militares já falecidos beneficiados pela anistia terão direito a pensão correspondente ao posto, graduação, cargo, função ou emprego que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia até a data de sua morte, observada a legislação específica. O texto deixa bem claro que a anistia somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da emenda que convoca a Constituinte, "vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo".

Foram necessárias as aprovações de alguns destaques e pequenas modificações de última hora — especialmente com relação à anistia — para que o novo substitutivo tivesse o apoio do PDS. Mesmo assim, o texto final recebeu três votos contrários, dos Deputados Siqueira Campos (PDS-GO), Nilton Alves (PDT-RS) e do próprio Relator vencido da Comissão Mista, Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Os destaques rejeitados referiam-se a:

- 1) Excluir do texto a possibilidade de os deputados e senadores que participaram da Constituinte continuarem com suas atribuições constitucionais. A aprovação disso significaria a aprovação também da comissão legisladora proposta pelo Presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.
- 2) Retirar do texto o Quórum para

a aprovação do projeto da Constituição e a parte que trata do seu período da promulgação.

3) Retirar do texto a vedação de remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo aos anistiados.

4) Incluir vice-governadores, vice-prefeito e Secretário de Estado ou assemelhados na relação daqueles que terão que se desincompatibilizar seis meses antes das eleições.

5) Fixar em seis meses o prazo de desincompatibilização para os ocupantes de cargo público, detentores de mandato e candidatos à reeleição.

Foram aprovados três destaques:

- 1) Substituição da expressão "o projeto de Constituição" por "a Constituição", no artigo referente à promulgação da nova carta.
- 2) Inclusão da possibilidade de a administração pública reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado, o que beneficia os aposentados.
- 3) Supressão da exigência de os anistiados militares e civis satisfazerem as condições de habilitação aos postos, cargos ou graduações para a sua promoção.

Na justificativa do substitutivo, o Deputado Valmor Giavarina explica a decisão de manter a essência da Emenda Sarney como decorrente da realidade política que não apresenta ruptura da ordem jurídica e institucional. "O que se impõe agora é uma solução jurídica quanto a sua essência, mas política quanto a sua forma".

O Deputado Pimenta da Veiga, disse que a aprovação do substitutivo "por expressiva maioria", indica que não haverá dificuldades na passagem da matéria pela sessão do Congresso, na próxima semana. O líder espera que o Presidente da OAB, Herman Baeta, desista de fazer campanha contra o PMDB por discordar da aprovação do substitutivo. Ele ressaltou que, com o resultado de ontem, o PMDB voltou a empunhar a bandeira da Constituinte, por muitos anos principal plataforma do partido.



Num último recurso, Ulysses tenta convencer os integrantes da Comissão Mista antes da aprovação do novo substitutivo

Ulysses insiste na comissão legislativa

BRASÍLIA — Para surpresa dos integrantes da Comissão Mista que examina a convocação da Constituinte, o Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães (SP), decidiu abrir os debates da reunião de ontem com um apelo veemente pela aprovação de uma comissão destinada a cuidar da legislação ordinária, durante o funcionamento da Constituinte. Mas não obteve êxito.

Ulysses demonstrou temor pelo funcionamento simultâneo de quatro câmaras — a Constituinte, o Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso — o que geraria, em sua opinião, uma disputa e uma superposição de tarefas. O Presidente da Câmara, que defendia sua própria proposta, observou que delegar poderes a uma comissão para legislar sobre matéria ordinária é uma prática rotineira em qualquer Parlamento e

visa a agilizar os trabalhos legislativos.

O Deputado lembrou que a delegação está prevista na atual Constituição, mas, já consciente da derrota da proposta, cobrou da comissão sugestão melhor:

— A mim, a rejeição da proposta não cria nenhum embaraço e não vou insistir pessoalmente na sua aprovação, porque se a ideia não prestar, aceito outra.

O Presidente da Câmara contesta a afirmação de que a Comissão afetaria a soberania da Constituinte, observando que a Assembleia pode rejeitar a sugestão. Num último apelo, considerado infeliz, e que não consta dos anais da sessão a pedido do Deputado Nilton Alves (PMDB-RS), Ulysses utilizou-se de uma expressão machista para reforçar a necessidade de o Congresso aprovar

a comissão: — Se o Congresso quiser fazer isso, pode fazer como as mulheres: se é pra dar, que dê logo.

O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), disse ter concordado com a exclusão da proposta de Ulysses para viabilizar a aprovação da convocação da Constituinte. Mas admitiu que a sugestão poderá ser ainda aproveitada pelo Congresso.

Refeto da surpresa pela presença de Ulysses, o Líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Gueiros (PA), condenou a atitude do Presidente da Câmara, porque Ulysses já sabia que a proposta seria rejeitada e, por seu peso político, constrangeu os integrantes da Comissão Mista. Gueiros sustentou que não há a menor necessidade de uma comissão para legislar ordinariamente.

Acusações de quebra de regimento, tumulto e protesto marcam reunião

BRASÍLIA — Um expediente regimental — que alguns chamaram de manobra — da Aliança Democrática (PMDB e PFL) unida ao PDS liquidou ontem com o substitutivo Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) na Comissão Mista da Constituinte e conseguiu encaixar em seu lugar o substitutivo Valmor Giavarina (PMDB-PR). Em meio ao grande tumulto que degenerou a reunião, o Deputado Bierrenbach abandonou a mesa, renunciando ao cargo de Relator.

O expediente consistiu na apresentação do substitutivo Giavarina sob a forma de voto em separado, que teve preferência por parte do plenário da Comissão. E, dando preferência a esse voto, a Comissão automaticamente rejeita o parecer do Relator inicial da matéria. O pedido de preferência para voto em separado regimental. O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, que não é membro da Comissão Mista, defendeu a tese de que não há qualquer impedimento para que o substitutivo seja apresentado como voto em separado. A aprovação dessa tese, que provocou todo o tumulto da reunião, acabou por aprovar um novo substitutivo e, através dele, está praticamente inalterada a Emenda Sarney.

O tumulto começou quando o Deputado José Genoíno (PT-SP), que também não é membro da Comissão, acusou a Aliança e o PDS de "assassinarem o regimento" quando impuseram a votação de preferência para o substitutivo Giavarina sem antes discutí-lo e sem antes examinarem o parecer Bierrenbach. Acusado de provocar pelo Líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Gueiros (PA) e advertido pelo Presidente da Comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), que acionou as campanhas, Genoíno reagiu dizendo a Gueiros:

— Esse era o discurso da ditadura. Era isso que o MDB ouvia da Arena. E trisso ouvir isso do PMDB.

No meio da discussão, Bierrenbach protestou contra a inversão da ordem da votação:

— Até este momento o Relator sou eu. Para deixar de sê-lo, é preciso que meu substitutivo seja votado. Ou o Relator é uma figura meramente decorativa?

O tumulto não terminaria aí. Helvídio Nunes, que interrompeu a sessão enquanto Genoíno e Gueiros discutiam e Bierrenbach intervinha, ainda iria suspendê-la por três vezes. Numa delas porque Genoíno afirmara que o de Giavarina era

"um substitutivo da calada da noite, substitutivo de velório". Numa outra porque se discutia infindavelmente sobre o prazo previsto para a votação do substitutivo Bierrenbach e ainda em outra por estar o Senador Martins Filho (PMDB-RN) contra o regimento, contestando o Presidente Helvídio Nunes. O Presidente tinha impedido a substituição, na Comissão, do Senador Alcides Saldanha (PMDB-RS) por Martins Filho. Helvídio cortou-lhe a palavra e suspendeu a reunião, mas um recurso ao plenário da Comissão acabou garantindo a participação de Martins Filho na Comissão.

Em matéria de substituição, logo no início da reunião já tinha havido um protesto do Deputado Siqueira Campos (PFL-GO) contra as muitas substituições "feitas pela cúpula" na Comissão, que amanheceria inte-

"O de Giavarina é um substitutivo espírito, produzido na calada da noite" DEP. FLÁVIO BIERRENBACH

ramente alterada: saíram os Senadores Nivaldo Machado (PFL-PE) e Aulísio Chaves (PDS-PA) e os Deputados João Gilberto (PMDB-RS) e Milton Reis (PMDB-MG); entraram os Senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Passos Porto (PDS-SE) e os Deputados Hélio Manhães (PMDB-ES) e Valmor Giavarina.

Quando começou o debate em torno dos pareceres Bierrenbach e Giavarina, o Deputado Israel Pinheiro Filho condenou a parte da proposta de Giavarina pela qual os Deputados e Senadores legislariam ordinariamente e exerceriam funções de constituintes. Bierrenbach interveio para dizer que não se poderia discutir o voto de Giavarina, pois se tratava de "um substitutivo espírito, produzido na calada da noite, ainda não materializado perante a Comissão". Ouviu Giavarina responder que seu trabalho já havia sido entregue à mesa e o Senador Gueiros acrescentou que "espírito era o substitutivo de Bierrenbach, que não fora subscrito por um terço dos membros da Câmara e do Senado". Genoíno voltou à carga: "O de Giavarina também não" — e também foi desmentido por Giavarina. O ambiente tornou-se menos tenso com a intervenção furiosa do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), para quem "O PMDB não quer mais saber de povo porque já está no poder".

Justificativa do movimento de 64 no parecer de Giavarina causa polêmica

BRASÍLIA — O parecer apresentado ontem pelo novo Relator do substitutivo do Governo que convoca a Constituinte, Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), causou grande polêmica durante reunião da Comissão Mista. E que Giavarina acrescentou uma justificativa, na qual se referia ao movimento de 1964, como "redemocratizador".

O fato gerou críticas variadas e um aparte pesado do Deputado José Genoíno (PT-SP), que levou Giavarina a acusar sua datilógrafa, que teria esquecido de bater a palavra "dito" no meio da expressão. O Deputado Valmor Giavarina não chegou a participar de nenhuma



Bierrenbach, alheio, não acompanha a articulação do parecer que substitui o seu

OAB assume posição de crítica aberta ao Governo e à convocação

BRASÍLIA — O 2º Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, que se encerra hoje, teve ontem o seu dia mais caloroso desde a abertura, na terça-feira: ficou bem claro, ao fim dos debates entre cerca de 500 advogados de 17 Estados, que a categoria assume agora uma clara posição crítica em relação ao Governo Sarney que não se resume mais a divergências quanto ao modo de convocação da próxima Constituinte.

Um dos participantes, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Assis Baeta, afirmou que o atual Governo representa na verdade uma certa mudança em relação ao regime anterior, mas, ainda que não se desejasse um avanço radical, também não se esperava que "após começar com competência a dirigir um regime de transição em pouco tempo desse tão claros sinais de reuço".

Um dos graves sinais de retrocesso do Governo Sarney foi a reforma agrária, um dos temas prediletos de congressistas e convidados. Um dos convidados, o Bispo de Duque de Caxias, RJ, Dom Mauro Morelli, considerou o texto de reforma agrária aprovado pelo Governo "uma blasfêmia contra Deus". Dom Mauro mostrou que ele fica aquém do Estatuto da Terra do Presidente Castelo Branco. Outro Bispo convidado, Dom Cândido Padin, de Bauru, SP, sugeriu uma mobilização popular para esclarecer o eleitor de 1986 sobre os candidatos que verdadeiramente participaram dos avanços democráticos. Dom Cândido foi ovacionado pelo plenário. O único a

aplaudir o plano de reforma agrária de Sarney foi um integrante dos governos militares, o ex-Ministro da Agricultura de Geisel, Alisson Paulinelli.

O Secretário-Geral do Conselho da OAB, Artur Lavigne, disse que a OAB mais uma vez ocupa um espaço que os partidos não estão sabendo ocupar. A Ordem sairá para uma campanha de rua pedindo que se vincule o direito de propriedade ao seu uso, na próxima Constituição. "A luta continua", disse Baeta.

Em São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns lamentou que se rejeitasse a proposta de um referendo para definir se a Constituinte será exclusiva ou não. E a Associação dos Advogados divulgou nota apoiando o agora prejudicado substitutivo Bierrenbach.

O Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora, MG, Dom Juvenal Floriz, e organizações leigas ligadas à Cúria da cidade estão enviando ao Presidente Sarney documento afirmando que a Constituinte só terá plenas condições de trabalho se desvinculada do Congresso.

Num telex de duas linhas, 33 entidades de trabalhadores gaúchos manifestaram ontem de Porto Alegre que sua posição era de apoio ao referendo sobre a convocação da Constituinte, proposto pelo destinatário, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). As entidades defendem uma Constituinte livre, soberana e exclusiva.

O PDS aplaudiu a aprovação do substitutivo: "Foi a melhor solução, embora não tenha sido a ideal", afirmou o líder Prisco Viana, apesar dos protestos de alguns deputados de seu partido, como Bonifácio de Andrade e Siqueira Campos. Prisco ressaltou, no entanto, que o PDS não aprovará os destaques que, a seu ver, restringem o funcionamento da Assembleia: o primeiro estabelecendo prazo para funcionamento, e o outro condicionando as decisões da assembleia à aprovação de maioria absoluta.

Pressão dos cassados só derruba a exigência de cursos para promoção

BRASÍLIA — A única concessão feita pela Aliança Democrática aos militares cassados foi a supressão da exigência de cursos para as promoções, depois de intensa pressão sobre os parlamentares e lideranças da Comissão Mista, exercida pelos representantes dos comitês pró-anistia ampla, geral e irrestrita. O Governo manteve a decisão de não ressarcir e nem reintegrá-los.

Quando o texto do novo substitutivo foi distribuído à Comissão Mista, os cassados imediatamente protestaram e exigiram modificações antes da votação, sempre apoiados pelo Líder do PDT na Câmara, Nadyr Rosseti (RS) e pelo Deputado José Genoíno (PT-SP). Chegaram mesmo a ameaçar o Líder Pimenta da Veiga (MG) quando este se dirigia à sala da comissão.

Diálogos ríspidos e acusações marcaram a reunião durante a noite no gabinete de Pimenta da Veiga

— Nós vamos virar essa mesa — disse o presidente da União dos Militares Cassados, Paulo Pereira, dedo em riste, a Pimenta da Veiga, que ficou visivelmente irritado. O militar foi contido a custo pelos seus companheiros que lhe pediam calma.

A partir daí foram intensas as negociações, intercaladas por diálogos ríspidos entre cassados, parlamentares e assessores dos Ministros militares, que participaram da redação final do substitutivo, anteontem à noite, no gabinete de Pimenta da Veiga.

— Essa anistia é uma embromação, uma farsa. Querem transformar anistia moral em uma imoralidade anistiada — disse o secretário geral do Comitê de Coordenação Nacional de Anistia Ampla, Segundo-Tenente da Marinha Paulo Henrique Ferro.

Desde cedo os militares cassados estavam mobilizados no Congresso Nacional: pela manhã, informados do texto redigido na noite anterior, eles procuraram o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), e membros da executiva nacional do PMDB, mas não conseguiram êxito. De Pimenta da Veiga ouviram mais tarde que essa foi "a fórmula possível".

No artigo 4º, os cassados exigiam que a anistia se estendesse àqueles punidos por atos administrativos

motivados por razões políticas, pois o texto apenas se referia aos punidos por atos institucionais ou complementares e de exceção. Nada conseguiram.

No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, onde fica concedida anistia aos autores de crimes políticos ou conexos e aos dirigentes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis e empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais, eles reclamaram a omissão dos militares e pediram que a palavra fosse acrescentada. O pedido foi igualmente negado.

No parágrafo 3º, ainda do mesmo artigo, os cassados pediram a supressão da exigência de cursos para as promoções, e somente aí foram atendidos, depois de muita discussão. Ao final, o Deputado Nadyr Rosseti protestava e acusava o PMDB de promover uma anistia pior que a de 79:

— Ela não pega ninguém e pode até desanistiar os anistiados. E um retrocesso — afirmou.

Os cassados argumentaram com insistência que a omissão da categoria no texto do parágrafo primeiro, do artigo 4º, excluía da anistia sete mil marujos, os mais necessitados, mas foram contestados pelo Deputado Luís Henrique (PMDB-SC), segundo o qual, a inclusão da palavra em nada adiantaria, pois esses marujos simplesmente tiveram seus pedidos de reengajamento recusados, sem caracterização de uma punição.

Em plena reunião da Comissão Mista, representantes dos cassados pressionaram o Líder Pimenta da Veiga, enquanto outros faziam reuniões paralelas nos corredores numa última tentativa de alterar o texto. Os líderes da Aliança, ajudados pelo Líder do PDS, Deputado Prisco Viana (BA), também se reuniram em pequenos grupos, para achar uma saída.

O Líder do PMDB, Senador Hélio Gueiros (PA) discordava do texto também e dizia desconhecer as inovações nele contidas, embora julgasse ter participado de todas as reuniões que foram realizadas para a elaboração de um novo substitutivo. Ele só não foi convidado exatamente para a reunião de anteontem, no gabinete de Pimenta, à noite, quando o assessor parlamentar do Ministério do Exército, Coronel Pellegrini, ajudou na redação do texto da anistia.

Bierrenbach despede-se decepcionado e teme nova Constituição outorgada

BRASÍLIA — "Não podemos correr o risco de sair de uma Constituição outorgada pelos militares, para cair numa Constituição outorgada pelo Congresso." A afirmação foi feita ontem pelo relator original da Emenda de Convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), aos integrantes da Comissão, pouco antes de deixar a mesa dos trabalhos.

Bierrenbach também entregou ao novo relator da matéria, Deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), duas grandes malas com cerca de 70 mil cartas, aerogramas, abaixo-assinados e telegramas de cidadãos e entidades da sociedade civil, que

pedem a Constituinte autônoma e a ampliação da anistia.

O Deputado Flávio Bierrenbach considerou encerrada sua função de relator, no momento em que a Comissão Mista deu preferência ao substitutivo de Giavarina e, antes de sair, ouviu do Presidente da Comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), que seu parecer "honra o país e o Congresso Nacional". Confessando-se decepcionado, Bierrenbach ainda afirmou que leu e releu os discursos de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e desafiou que se encontrasse em seu substitutivo "qualquer manifestação incoerente em relação ao ideário histórico do PMDB".



Bierrenbach passa a Giavarina o cargo de relator e as sugestões que recebeu